



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS/MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA TANCREDO NEVES**

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA:



Pais de Volta à Escola

Coordenação: Dalvina Amorim Ayres

**São Luis
2007**

DALVINA AMORIM AYRES

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA:

PAIS DE VOLTA À ESCOLA¹

Projeto de Intervenção Pedagógica, parte da pesquisa etnográfica desenvolvida para obtenção do título de Doutorado em Educação – Inovação Pedagógica na Universidade de Madeira – Portugal.

**São Luis
2007.**

¹Este projeto faz parte da pesquisa etnográfica realizada nesta U.E.B, pela doutorando Dalvina Amorim Ayres – Doutorado em Educação – Inovação Pedagógica – Universidade da Madeira, Portugal. **Título:** Educação Inclusiva, Utopia Possível: Um Estudo de Caso sobre o Papel da Escola na Inclusão dos Deficientes Mentais na Unidade de Ensino Básico - UEB Tancredo Neves – São Luis/MA.

“Nosotros construimos el espacio y éste nos configura a nosotros. Somos el resultado de aquellos espacios que habitamos. Las casas, los edificios, las escuelas son como nosotros las hacemos, pero nosotros somos – de alguna manera – como ellos nos van haciendo. En las diversas estancias que habitamos aprendemos a estar, a convivir y a ser. Se son racionales, si son hermosas, si están distribuidas con justicia, aprenderemos a ser mejores. “Si son irracionales, inhóspitas, antiestéticas e antidemocráticas contribuirán a empeorar nuestra forma de ser”. (MONTROYA, 1997, p. 13).

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: pais de volta à escola.²

Dalvina Amorim Ayres³

RESUMO

Este projeto de Intervenção Pedagógica: **Os Pais de Volta à Escola**, faz parte de um projeto de investigação etnográfica desenvolvido nesta Unidade de Ensino, desde fins de 2006, sob o título de: **Educação inclusiva, utopia possível: um estudo de caso sobre o papel da escola na inclusão dos deficientes mentais na unidade de ensino básico - UEB Tancredo Neves – São Luis/MA**, cujo objetivo é revelar o papel desta Unidade de Ensino na implantação, acompanhamento, e avaliação do processo de inclusão dos discentes com deficiência mental – Coordenado pela doutoranda Dalvina Amorim Ayres, sob a orientação da Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler e a co-orientação do Prof. Dr. António Veloso Bento, pela Universidade da Madeira, Funchal, Portugal.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Inovação Pedagógica. Etnografia. Deficientes Mentais. Intervenção Pedagógica.

RESUMEN

El proyecto de la Intervención Pedagógica: **“Los Padres de Vuelta a la Escuela”**, hace parte de uno proyecto de la investigación en etnografía desarrollado en esta Unidad de la Enseñanza Básica, a partir del año de 2006, su título: **Educación Inclusiva, Utopía Posible: uno estudio de caso acerca del papel de la escuela en la inclusión de los incapacitados mentales en la Unidad de la Enseñanza Básica – UEB Tancredo Neves – en la ciudad de São Luís/MA/Brasil**. Cuyo objetivo es desvelar el papel de esta escuela en la implantación, acompañamiento y evaluación del proceso de la inclusión de los

²Projeto de tese de doutoramento desenvolvido na U.E.B.Tancredo Neves, como intervenção pedagógica com o objetivo de melhorar a relação família (de alunos inclusos) x escola.

³Professora da rede municipal e estadual do Maranhão e Doutorando em Educação pela Universidade da Madeira, Funchal/Portugal. dalayres@bol.com.br

alumnos con discapacidad mental. Es coordinado por la Doctoranda Dalvina Amorim Ayres, con orientación de la Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler y António Veloso Bento de la Universidad de la Madeira – Portugal.

Palabras-claves: Educación Inclusiva. Innovación Pedagógica. Etnografía. Discapacitados mentales. Intervención pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo em uma palavra mestre e/ou numa ação concreta (grifo nosso), é dialogar com o mistério do mundo. Não perder a ludicidade, o prazer, a alegria de penetrar no conhecido em busca de respostas parciais...

Morin

Ao tratar de um tema de tamanha importância como a Educação Inclusiva, e o papel da escola na inclusão dos deficientes mentais, a partir de um estudo de caso na UEB – Tancredo Neves/São Luis/Maranhão/Brasil, faz-se necessário, conforme citação supra, dialogar com os mistérios que envolvem a temática ou pela sua complexidade e/ou pela sua ausência de conhecimentos sobre a mesma onde, não se pode perder de vista que este diálogo se dá com os sujeitos do processo, pois somente assim, e a partir da ludicidade, do prazer e da alegria, medos, sonhos, inseguranças, limites e possibilidades dos mesmos se pode penetrar no conhecido em busca de respostas parciais e de contribuições na produção de outros conhecimentos...Inteiramente outros.

Os mesmos são caracterizados por singularidades próprias de suas histórias de vida, como bem expressa Vygotsky, em seu livro *Formação Social da Mente*, caracterizados por suas informações genéticas e pelas influências histórico-culturais do seu meio, do seu tempo e das múltiplas interações dos mesmos.

Neste sentido, busca-se primeiramente, em meio à diversidade conceitual dos termos a serem utilizados nesta abordagem, aqueles que podem evidenciar a amplitude de tais definições como, os conceitos: Educação, Educação Inclusiva, Integração e Deficiência Mental.

Para tanto, mediante diversas leituras, conceitua-se educação como processo que envolve todo o agenciar humano, portanto, o pressuposto que define esta, é acima de tudo, a própria possibilidade de instrumentalizar o ser humano para desenvolver suas habilidades, capacidades e competências objetivando o bem comum e a sua própria formação. É disponibilizar o conjunto dos meios cujo auxílio direciona-se ao desenvolvimento e a formação de um ser humano que seja capaz de perceber, analisar, avaliar e assumir posições e ações diante da realidade existente, na perspectiva de (re) construir a sociedade em que vive⁴.

2 PAIS DE VOLTA À ESCOLA

Esta responsabilidade associada à capacidade de (re) criar e/ou (re) construir a sociedade implica numa atuação transformadora, integradora e inclusiva do homem enquanto sujeito histórico-cultural, cuja mentalidade, ações, práticas, valores, sentimentos e expressões são informados, como afirma Vygotsky pela incorporação dos bens histórico-culturais de uma dada sociedade num determinado tempo histórico.

Sendo assim, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, trabalho, nas associações, nas igrejas, sindicatos, enfim nos grupos sociais, os quais evidenciam a convivência humana – educação informal, como também nas instituições de ensino e pesquisa - educação formal, onde favorece um desenvolvimento do homem multidimensional (o homem que

⁴Elementos característicos da compreensão dos pressupostos educacionais dos pesquisadores cubanos do ICCP/MINED – HAVANA/CUBA. De acuerdo com los mismos: “Es uno sistema de influencia consciente organizado, dirigido y sistematizado la base de una concepción pedagógica determinada, cuyo objetivo más general es la formación multidimensional y harmónica del educando, donde núcleo esencial deba estar en la formación de los valores morales, para que se integre a la sociedad em que vive y contribuya a su desarrollo y perfeccionamiento” (Colectivo de Autores del ICCP, 2006, p. 53)

pensa - cognitivo; o homem que age – volitivo; o homem que ama – afetivo), visando a sua melhor integração e interação enquanto ser individual e social.

A partir do exposto, percebe-se que a política educacional brasileira enfrenta neste início de século, uma diversidade de desafios, entre tantos, podemos citar: a universalização do acesso ao ensino fundamental, à expansão do ensino médio, a permanência do aluno na escola, a inclusão social e cultural daqueles que estão à margem desse processo, significativo percentual de pessoas analfabetas, portadores de necessidades educacionais especiais, negros, índios, entre outros; os índices alarmantes de repetência e evasão escolar; a precária formação de uma grande parcela dos professores; as inadequadas condições físicas e materiais das escolas. E, em se tratando do Maranhão, os índices evidenciados negativamente por meio do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) o qual qualifica o Estado do Maranhão, abaixo da linha da pobreza.

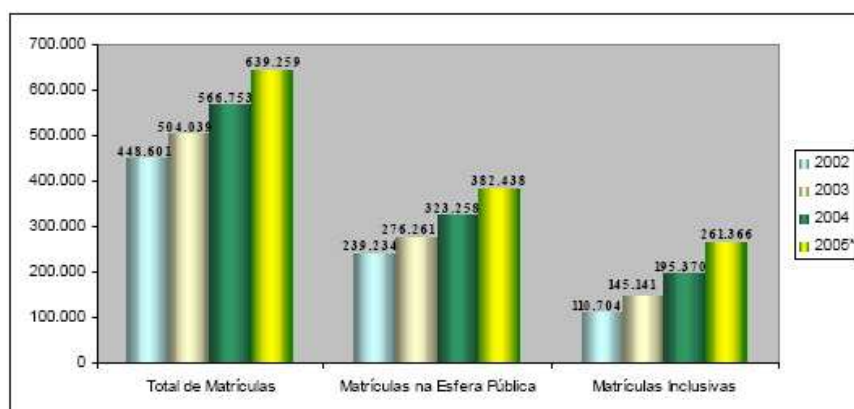
No caso específico da Educação Inclusiva que apesar da existência de experiências favoráveis – as quais não são hegemônicas, basta contemplar o gráfico abaixo, dado fornecidos pelo governo, o qual expressa uma diferença considerável entre as matrículas efetivadas na Educação Especial e as matrículas efetivadas na Educação Inclusiva.

Secretaria de Educação Especial
Coordenação Geral de Planejamento

Ministério
da Educação



Distribuição de Matrículas na Educação Especial - Brasil



Fonte: Censo Escolar (MEC/INEP) *Dados Preliminares

Gráfico 1

Outro desafio para o sistema educacional nacional e conseqüentemente os sistemas estaduais e municipais, se constitui a qualidade do ensino, a qual se considera distante do desejável. E mais, não menos importante, tem-se que superar os mecanismos objetivos e subjetivos, os quais impedem o acesso ou dificulta a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, neste caso específico, tratado na pesquisa etnográfica, da qual este projeto faz parte – a inclusão do deficiente mental.

Diante desse quadro, há que atentar, cada vez mais, para que direitos historicamente conquistados, sejam assegurados e possam proporcionar condições adequadas à integração e interação escolar e social de todos os sujeitos que fazem o processo educacional brasileiro. Direitos estes assegurados por documentos oficiais (Legislação Educacional Nacional), os quais vão desde o Direito do ser humano como pessoa – cidadão até a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras ou não de deficiências. Ressalta-se aqueles documentos que fundamentam desde a educação especial até a possibilidade da educação inclusiva:

Documentos que fundamentam a educação especial

- Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948 –art.1º, 2º, 7º e 26º
- Lei de Diretrizes e Bases 4024/61 – art. 88 e 89
- Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 – art. 9º
- Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 – art. 5º, 6º, 205 e 206.
- Declaração Jomtien (1990) – Conferência Mundial sobre Educação para Todos.
- Declaração de Salamanca (1994) – Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.
- Lei nº9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases – art. 58 e 59.
- PCN's – Adaptações Curriculares (1999)
- Declaração da Guatemala (2001) – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Percebe-se que, com maior evidência, desde o final da década de 80, a começar pelos dispositivos Constitucionais, outros tantos documentos legais sobre a educação que buscam responder às demandas da população em geral e alguns desses visam a atender às necessidades de segmentos específicos da população, como os daqueles que estão excluídos totalmente desse processo e que são denominados minorias sociais, a exemplo: o negro, o nativo (índio) e os portadores de necessidades especiais educacionais – PNEE.

Nesta perspectiva a inclusão social inicialmente é conceituada como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, como estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997, p.41).

Entretanto durante a caminhada histórico-cultural dos sujeitos sociais, outras reivindicações foram emergindo no seio da sociedade, possibilitando a emergência de um outro paradigma no sistema educacional brasileiro – Educação Inclusiva, cujo conceito postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático, integrador e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero, credo e/ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita, mas também, desejada.

Isto já pode ser observado a partir do ano de 1994 – Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso a Qualidade) até as políticas públicas educacionais atuais, as quais rompem com o paradigma de educação especial ao ampliar às mesmas para a construção de um outro – a educação inclusiva.

Vale ressaltar que para a autora, Maria Teresa Eglér Montoan, e de conformidade com a mesma, o processo da Inclusão resulta de uma crise de paradigmas, onde as fronteiras do conhecimento, dos costumes, das artes, das práticas, das ações que emanam do pensamento humano e se concretiza no real vivido estão sendo ultrapassados, fazendo emergir outros cenários e outras manifestações e atividades humanas, rompendo com as forças de concepções e

práticas quase ossificadas, as quais determinam os modelos teóricos e práticos implementados (impostos) na sociedade.

E o processo educacional como parte dessa realidade vivida, reproduz em suas fronteiras desde a Legislação até as ações nas unidades executoras – escolas, esses modelos.

Não se pode esquecer que desde os gregos, os paradigmas eram definidos “[...] como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto” (MANTOAN, 2003, p. 14).

Contudo, este conceito evoluiu e numa concepção moderna, segundo Thomas Kuhn em sua obra *Estrutura das Revoluções Científicas* e outros como Edgar Morin, em *O Paradigma Perdido: a natureza humana conceitua Paradigma* como: o que os membros de uma comunidade científica compartilham um conjunto de imposições teóricas gerais, leis técnicas para a aplicação das mesmas na sociedade, uma vez que uma comunidade científica consiste em homens que compartilham um paradigma.

Portanto, o paradigma coordena e dirige a atividade teórica de grupos de cientistas que trabalham, na comunidade científica para além de leis estabelecidas, suposições teóricas e formas de aplicar essas leis, o paradigma inclui também os instrumentos teórico-práticos para que as leis dos paradigmas suportem o mundo real. O paradigma comporta, ainda, em diversas interpretações, elementos de ordem metafórica que geram o próprio trabalho dentro do próprio paradigma, e métodos lógico-científicos.

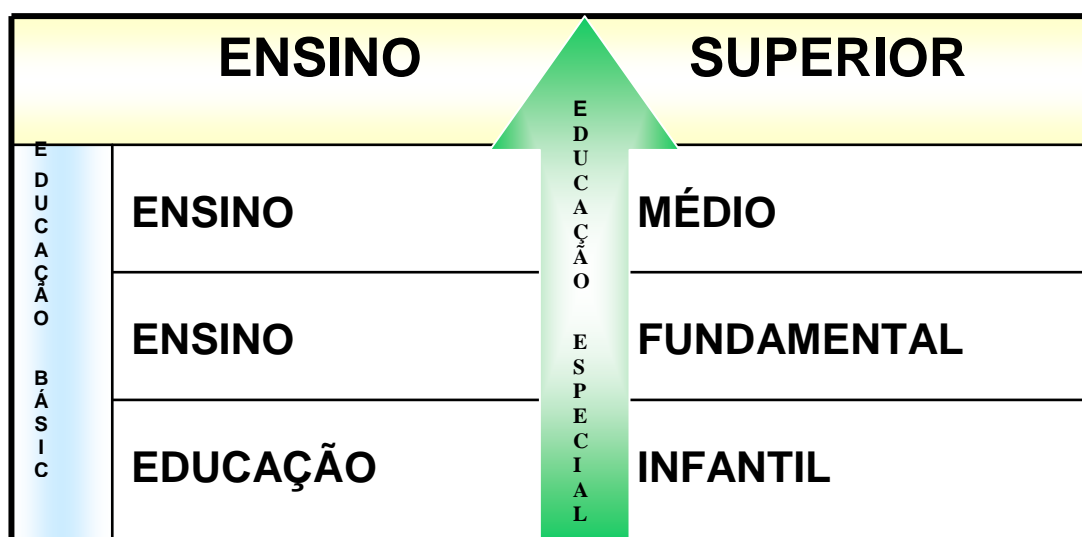
Sendo assim, uma crise de paradigma é uma crise de concepção e visão de mundo. Assim sendo, dentro das discussões existentes na comunidade científica, hoje, na sociedade brasileira, a educação inclusiva compreende o que na Legislação Nacional seria a ampliação do conceito de educação especial, conforme consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Educação Básica / MEC/SEESP, 2001 – Resolução nº 02/2001:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Apresenta como princípio básico a **integração**, cujo conceito tem sido entendido pelo sistema educacional brasileiro como uma forma específica de inserção gradual de alunos com deficiências, quer sejam em escolas comuns, em escolas especiais e/ou residências para deficientes. O princípio de integração possibilita ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar, de classe regular ao ensino especial, contudo trata-se de uma concepção de inserção parcial, gradual, cujos passos previstos no processo educacional são segregadores.

Mesmo que a educação especial perpassasse todos os níveis de escolaridade, a mesma perpassa de forma segregadora, dentro do sistema educacional, conforme representação abaixo.

Quadro I



Fonte: Parecer CNE/CEB nº 17/2001. In: BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

Observa-se, portanto que, “o objetivo da integração é inserir o aluno, ou um grupo de alunos, que já foram anteriormente excluídos”. (MANTOAN, 2003, p. 24).

Percebe-se que a partir da Legislação Nacional as políticas públicas se expressam, sem que promovam soluções, as quais não buscam atingir as verdadeiras causas geradoras do fracasso escolar (incluindo repetência, retardos e evasão). Esse fracasso aparece freqüentemente como sendo apenas do aluno,

pois a escola enquanto unidade executora das políticas públicas reluta em admiti-lo e por sua vez, o Sistema Educacional se mantém intacto.

Mediante o exposto, vivencia-se hoje, nas escolas públicas um momento de crise paradigmática, pois um outro paradigma emerge das novas conexões que se formam entre saberes que questionam o que acontece nas escolas, desenvolvendo as implicações da exclusão escolar expressa nas mais diversas formas, colocando em jogo as aprendizagens dos alunos, bem como os padrões da cientificidade do saber escolar, a subjetividade humana, as interações sociais, a cultura, as redes de informações geradas pela velocidade da comunicação e pelo desenvolvimento tecnológico, os quais rompem fronteiras estabelecidas e (re) inventam novos marcos de compreensão e experiência entre as pessoas e o mundo em que se vive.

A partir destas considerações afirma-se que mesmo diante da indiferença, por parte dos poderes públicos, entre os termos integração e inclusão escolar, estes são diferentes em sua essência, pois expressam situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. (MONTANO, 2003, p. 23).

Por tudo isto, pode-se afirmar que a educação inclusiva emerge como um novo paradigma na comunidade científica, pois o mesmo questiona desde as políticas públicas, a organização da educação especial, a educação regular, enfim o sistema educacional como um todo em todas as suas dimensões – legal, estrutural, organizacional, administrativa, curricular e pedagógica, pois não se pode implementar um projeto novo em uma velha matriz de concepção educacional.

A inclusão se sustenta nos princípios da interação, a qual se caracteriza pela ação mútua entre diversos segmentos e sujeitos sociais, impõem enfim uma reciprocidade.

Conforme afirma Montoan:

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, à qual já nos referimos anteriormente. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação de aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais). (MONTAAN, 2003, p. 25).

Mediante o exposto, convém entender o conceito de integração numa dimensão Família, escola e comunidade, considerando a necessidade de termos como parceiros os múltiplos sujeitos do processo educacional numa perspectiva de efetivar o processo inclusivo na escola, e principalmente a consciência dos pais como sujeitos ativos e necessários na afirmação desse processo.

Assim, justifica-se o Projeto de intervenção pedagógica: Os pais de volta a Escola, como parte integrante e definidora desse processo de inclusão na UEB – Tancredo Neves, onde se tem desenvolvido desde fins de fins de 2006 uma investigação etnográfica que busca responder o papel desta unidade escolar da rede municipal, no processo de inclusão dos portadores de deficiência mental.

Essa escola que, possui seis anexos com uma proposta inclusiva no ensino fundamental, a partir da seguinte estrutura organizacional.

Quadro III - ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO FUNDAMENTAL								
ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS					
CICLO DE ALFABETIZAÇÃO			CICLO					
I ETAPA	II ETAPA	III ETAPA	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
06 anos	07 anos	08 anos	09 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos

Fonte: UEB – Tancredo Neves – São Luis/MA/Brasil. Em todos estes níveis de escolaridade acontece a inclusão do aluno com diagnóstico de deficiência mental – conforme percentual constante no anexo.

A opção por esta forma de organização respalda-se na prioridade a ser dada ao processo de alfabetização em contexto letrado nas séries iniciais, tendo em vista que durante o ciclo o educando terá um tempo maior para construção de

seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita e, conseqüentemente assegurar o seu processo no percurso escolar.

Essa ampliação abre a perspectiva para se repensar a estrutura seriada na escola e gradualmente, implementar o sistema de ciclo de formação, em todo Ensino Fundamental, cujas premissas básicas, dentre outras, destaca-se o respeito ao desenvolvimento e ao ritmo próprio de cada criança favorecendo ainda um maior tempo de estudo para que possam construir aprendizagens significativas.

A UEB – Tancredo Neves possui em sua totalidade 4203 alunos matriculados, constitui-se uma das maiores escolas, da Rede Municipal, com um universo de alunos inclusos portadores de deficiências que vão desde a baixa visão, deficiência mental, autista, como também dependentes químicos, alunos reincidentes judicialmente, acompanhados pela justiça.

Contraditoriamente, se tem um Sistema Municipal de Educação – SEMED que atende às escolas de forma tímida, apesar da existência de uma legislação educacional municipal complexa, o que permite afirmar: *o que se tem na verdade e efetivamente na UEB – Tancredo Neves (pólo) é uma rede de interações e integrações entre os sujeitos, respeitando as diferenças e ritmos, uma equipe criativa, motivada e estimulada pela gestão local e o compromisso de todos: pais, professores, administrativos, discentes, gestores e comunidade do entorno.*

Percebe-se, portanto, que este processo – Inclusão, só poderá contribuir com conhecimentos futuros se mesmo nas dificuldades, inseguranças e incertezas evidenciadas em elementos culturais e nas práticas pedagógicas dos sujeitos dos mesmos, conforme afirma FINO, ao definir a categoria – Invariante cultural, quando os elementos culturais e as práticas pedagógicas estiverem:

[...] consubstanciados numa representação com a escola, profundamente enraizada dentro e fora dela, socialmente pontilhada de modo a incluir a generalidade dos estratos da sociedade, e as várias gerações presentes, e com força suficiente para contrariar propósitos, deliberados, ou não, de mudança...Existindo mesmo um monte dos que não foram submetidos a nenhum processo de escolaridade formal, e que sugere formas...de organização do espaço lectivo e dos papéis que devem ser desempenhados pelos professores e pelos alunos, chegando a intervir na definição do que será, eventualmente, uma boa arquitetura do serviço educacional. (FINO, 2006, p. 1)

Diante de tudo isto se considera relevante este projeto que busca nos pais parcerias para a viabilidade da inclusão, a partir de múltiplas atividades, as quais vão de atividades que promovem o conhecimento, a consciência, a integração e a interação de todos: gestores, coordenadores, professores, alunos regulares, pais de alunos regulares, pais de alunos incluídos, alunos incluídos, comunidade, todos voltados para a ampliação e efetivação do processo de inclusão educacional dos DM's, a partir do enfrentamento de algumas questões, as quais dificultam e/ou inviabilizam uma real Inovação Pedagógica no âmbito da UEB – Tancredo Neves / São Luis / Maranhão / Brasil, que estão sendo investigados a partir de um estudo de caso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se apresenta uma das estratégias para a efetivação da inclusão, a participação dos pais na escola, mediante o projeto de intervenção pedagógica que visa incluir os pais nesse processo como um dos principais sujeitos de integração e interação desse processo.

Contudo pretende-se com esta proposta aproximar a família da escola, conscientizar a toda equipe escolar da importância da parceria e de sua contribuição, já que todos nós conhecemos a escola e a crise familiar, como cita o Dr. Nivaldo Luis Pessinatti, “A crise familiar não é produzida pela própria família, mas em função de certa desestruturação cultural que existe em nossa sociedade em relação as suas instituições. Esta crise não depende só da escola, a escola pode ajudar, tornando-a uma vez mais um espaço de consciência, de reflexão, de pensamento e de conhecimento”.

Esta é uma das metas que a U.E.B.Tancredo Neves que há anos vem lutando, mas ainda não alcançamos resultados esperados, mas já são perceptíveis algumas mudanças significativas, em seu quadro que era considerado caótico, e foi por meio dos seus projetos: como o PPP (Projeto Político Pedagógico da Escola) e os projetos didáticos e cotidianos que podemos atestar estas mudanças.

Para tanto, apresenta-se a proposta desse projeto de intervenção pedagógica: **OS PAIS DE VOLTA A ESCOLA**, cuja finalidade se constitui um

momento para aprendizagens, debates, esclarecimentos, conhecimentos, interações e integrações dos múltiplos sujeitos do processo educacional.

Constitui-se, também, em estratégias que aproximem os pais da escola sem utilizar métodos autoritários ou imposições, mas por meio da conscientização, informação e formação dos mesmos. Oportunidade para que os mesmos compreendam que só assim teremos a educação que almejamos para nossos filhos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José António; AFONSO, José António Martin Moreno. *A educação especial em Portugal. Uma memória do movimento associativo dos pais de cidadãos deficientes: as Cooperativas de Educação e Reabilitação (CERCIS)*. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewPDFInterstitial/248/1880>> Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo*. 2ª ed. atual. São Paulo: Avercamp, 2005.

BRASIL/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Organização da Fundação Procuradora Pedro Jorge de Melo e Silva. 2ª ed. rev.atual. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. *Educação inclusiva: a fundamentação filosófica*. Organização de Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para deficiência mental*. Organização de Raphael Silva das Neves. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____. *Deficiência mental*. Organização de Erenice Natália Soares Carvalho. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

_____. *Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. *Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1975.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

_____. *Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300009&lng=pt&nrm=iso&tling=pt> Acesso em 10 de janeiro de 2007.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento completo*. 2ª ed. Paris: Astória Ltda, 1990.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotski: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS / SEMED. *Proposta de ampliação do ensino fundamental para nove anos*. São Luis/MA, 2005.

_____. *Projeto Político Pedagógico: do desafio à ação compartilhada*. Unidade de Estudos Básicos Tancredo Neves. São Luis, 2005.

_____/SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Relatório de acompanhamento*. São Luis, 2005.

_____. *Recomendações para construção de uma escola inclusiva*. São Luis, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: _____. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003. p. 12-16.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. *Pensamento e Linguagem*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Michel Cole (Org.). Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Psicologia da arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Obras completas. Tomo V: Fundamentos de defectologia*. La Habana: ED. Pueblo e educação, 1995.